

## SEGUNDO MANDATO

# Retomada econômica e dívida social são desafios

*Primeira tarefa é aprovar ajuste fiscal para garantir ajuda do FMI e recuperar credibilidade externa*

CLÁUDIA CARNEIRO,  
ISABEL BRAGA  
e NELSON BREVE

**B**RASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso inicia hoje seu segundo mandato com o histórico de quem conseguiu estabilizar a moeda, controlar uma inflação perversa e instituir um novo perfil econômico para o Brasil. Mas arrastou consigo uma dívida social profunda que terá de resgatar nos próximos quatro anos, retomando o crescimento econômico do País e, acima de tudo, reduzindo o desemprego que ele próprio elegeu como o principal desafio do segundo governo.

A tarefa mais imediata do governo será concluir a votação do ajuste fiscal no Congresso para credenciar-se ao apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e recuperar sua credibilidade no exterior, motivo de orgulho do governo até a chegada da crise financeira mundial que tornou o País mais vulnerável a cada dia.

As brechas do modelo econômico adotado pela equipe de Fernando Henrique e a desordem no mercado internacional detonaram as reservas brasileiras, que chegaram à soma recorde de US\$ 74,6 bilhões em abril de 1998. A previsão do governo era fechar o ano de 1998 com US\$ 38 bilhões de divisas, voltando ao nível de 1994.

Para preservar a herança positiva e reduzir os pontos negativos do seu primeiro mandato, Fernando Henrique terá de consertar desvios no projeto de esta-

bilidade econômica. O governo precisa gerar poupança interna, como meio mais saudável de diminuir a dependência do capital externo, e estabilizar a dívida pública em 40% do Produto Interno Bruto (PIB). E não só acabar com o déficit público, mas criar um superávit, para que o País possa ter investimentos na área social e oferta de empregos.

**Desemprego** – Promessa número um da campanha da reeleição, o combate ao desemprego exigirá do presidente muita determinação e criatividade. A taxa de desemprego ultrapassou o índice de 8% em 1998 e está muito longe de ser reduzida aos índices do início do governo. As previsões para este ano são ainda mais pessimistas: apontam para uma taxa de 11% no primeiro trimestre.

Retomar o crescimento passou a ser um desafio cada vez mais penoso para o governo, que entrou na campanha da reeleição com uma perspectiva de taxa de crescimento de pelo menos 3% do PIB para 1999, mas assume agora uma previsão de retração da economia inédita no governo de Fernando Henrique. O Ministério da Fazenda estima uma queda de 0,1% do PIB.

A maré de investimentos estrangeiros foi muito favorável ao Plano Real no primeiro mandato, alcançando US\$ 9,9 bilhões em 1996, US\$ 17 bilhões em 1997 e US\$ 21 bilhões em 1998. A expectativa do governo é preservar o interesse externo no País nos próximos quatro anos, embora a maior parte das priva-

tizações já tenha sido concluída. Se conseguir essa façanha, o presidente estará pelo menos reduzindo suas dores de cabeça.

As absurdas taxas de juros praticadas no Plano Real e o aumento da dívida pública estão na extensa lista de problemas que terão de ser resolvidos pelo presidente no segundo mandato. Fernando Henrique carrega com sua reeleição uma dívida pública que cresceu desenfreadamente desde a estréia do real, em 1994. Naquela época, o endividamento do Estado era de R\$ 61 bilhões. Em julho de 1998, já alcançava R\$ 304 bilhões.

A conta dos juros é amarga. Para cada R\$ 8 do déficit público, R\$ 7 devem-se ao pagamento de juros àqueles que emprestam ao Estado. E o governo só prevê baixar as taxas de juros – principal alvo de reclamação do setor produtivo – gradualmente, até 2001.

Âncoras do Plano Real, as políticas de juros e do câmbio, embora condenadas por vários setores da sociedade, garantiram quatro anos de estabilidade monetária e uma inflação controlada que baixou de uma taxa anual de 2.500% em 1993, para menos de 3% em setembro de 1998. Uma taxa com a qual o Brasil não convivia há quase meio século.

**Avanços** – O presidente encerrou sua primeira gestão com a frustração de ter de recorrer ao dinheiro do FMI. Mas teve outros saldos positivos a apresentar, além do controle da inflação. Promoveu o saneamento das instituições financeiras fede-

rais e estatais, dando-lhes um caráter mais técnico e menos político e reduzindo o desperdício de dinheiro público.

Iniciou o enxugamento do Estado, retirando-se de setores estratégicos como o das telecomunicações. Com isso, conseguiu estabelecer mudanças para a diminuição dos gastos públicos com a aprovação das reformas da Previdência e administrativa.

O maior avanço no setor social foi na educação. Em seu governo, o presidente conseguiu diminuir o índice de evasão escolar, aumentar o número de matrículas para as crianças e estruturar o sistema de avaliação de ensino. Sua tarefa agora será melhorar a qualidade do ensino. Na saúde, os resultados foram mais tímidos e Fernando Henrique terá de mostrar seu interesse para atender às demandas sociais. O grande salto do governo foi a realização de obras de infra-estrutura que permitirão uma integração bem maior entre as regiões brasileiras e os países vizinhos.

**Congresso** – Além da dívida social, o presidente deixou também uma dívida política no primeiro mandato. Trouxe na bagagem uma relação fisiológica com o Congresso, que ficou escancarada depois da aprovação da emenda da reeleição. Mas já deu sinais de que quer começar vida nova com o Congresso.

Fernando Henrique indicou o desejo de mudar a face fisiológica do governo e aproximá-lo dos setores mais progressistas, até mesmo para montar sua biografia, ao anunciar o Ministério, quando se disse disposto a demitir ministros cujos partidos não cumpriram seu papel de aliados.

**E**XPECTATIVA  
DE MANTER  
INVESTIMENTO  
ESTRANGEIRO